
A CONGREGAÇÃO DOS CATEQUISTAS: ESTRATÉGIAS DE APOSTOLADO EM TEMPOS DIFÍCEIS DE MISSÃO, NO TUN KIM E NA COCHINCHINA

ISABEL AUGUSTA TAVARES MOURÃO*

Corria o ano de 1615, quando no Colégio de São Paulo, em Macau, foi tomada a decisão de abrir uma missão na Cochinchina, terra situada na península indochinesa e que corresponde actualmente à região do centro do Vietname, então dominada pelos Nguyễn que governavam aquelas províncias, em nome da dinastia Lê que era soberana do povo Dai-Viêt.

Viviam-se tempos difíceis, não apenas no colégio, mas na cidade de Macau em geral que se encontrava ainda na ressaca dos recentes acontecimentos no Japão, nomeadamente a promulgação por *Ieyasu* do édito de expulsão dos missionários, em 27 de Janeiro de 1614, e a proibição do Cristianismo no arquipélago nipónico. Subitamente o colégio tornara-se pequeno para albergar tantos padres e noviços recém-chegados, os cubículos eram estreitos e poucos, surgiam conflitos pessoais decorrentes

* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, Portugal. *E-mail:* isabeltavaresmourao@gmail.com.



da exiguidade do espaço de que dispunham e o ambiente era de tristeza generalizada. A diáspora dos japoneses por terras do Sudeste asiático tornou-se um incentivo para a abertura de novas missões. Era importante dar uma ocupação imediata a alguns desses padres conhecedores da língua japonesa e aliviar o ambiente de conflitualidade no colégio, onde muitos atribuíam aos outros as culpas pelo sucedido e onde já não bastavam exercícios espirituais para eliminar questões sobre distribuição de verbas para o sustento de tanta gente. Foram muitas as análises para determinar o que estivera mal no funcionamento das missões no arquipélago nipónico. Vários testemunhos, ou denúncias, chegaram por cartas a Roma¹. Essas reflexões levaram progressivamente a novas atitudes na acção dos missionários, a novas cautelas em missões de futuro.

Não vale a pena pensar que os que regressaram do Japão se resignaram e, que praticando a «Santa Obediência», se limitaram a partir para novas missões. Frequentemente com conhecimento dos Superiores procuraram regressar a Nagasáki em missões de risco, em busca de martírio; houve quase um movimento de histeria colectiva e um desejo louco de correr atrás do sonho de morrer martirizado, aliado a uma genuína preocupação de querer prestar auxílio espiritual aos cristãos japoneses.

Partiram alguns padres para a Cochinchina². Uma missão da Companhia de Jesus em terras dos Nguyễn revestia-se de múltiplos atractivos em 1615, porque ficava no caminho de variadas rotas, era frequentemente paragem obrigatória por mudança de monção, circulavam por ali barcos portugueses e japoneses e havia uma colónia de japoneses, cujo número

¹ Veja-se a título de exemplo a «Carta do Padre Manoel Dias ao Padre António Mascarenhas, Assistente pelas Províncias de Portugal (1.^a via pelas Filipinas), escrita em Macao em 23 de Outubro de 615, acrescentada em 5 de Novembro de 615», em ARSI, *Jap/Sin* 16-II, fól. 231-233v.

² ARSI, *Jap/Sin* 16-II, «Carta do Padre Provincial Valentim de Carvalho para o Padre António Mascarenhas assistente pelas Províncias de Portugal, datada de 9 de Fevereiro de 1615», fol. 174-175v; *Jap/Sin* 16-I «Carta do Padre Affonso de Lucena ao Padre António de Mascarenhas de 13 de Mayo de 1615, 4.^a via», fól. 189-191v; 3.^a via da referida carta fól. 192-194v; *Jap/Sin* 16-II, 1.^a via da mesma carta, fól. 195-195v. Nestas várias vias da carta de Affonso Lucena surge crítica à decisão do Provincial.

seria superior a quatrocentos³, a carecerem de apoio espiritual. Era um local estratégico onde se podia esperar pela mudança da monção e por ventos de esperança que permitissem viagens de Jesuítas para o Japão. A impaciência, porém, não foi boa conselheira. O Padre Diogo Carvalho que missionara no Japão entre 1609 e 1614 e chegara às terras dos Nguyễn em 1615, já em 1616 regressava em segredo ao arquipélago nipónico.

Apesar das viagens serem mantidas secretas, as notícias acabavam por se divulgar: em 1627, foi referido que o Padre André Palmeiro enviou à Cochinchina um padre «japão» e mais dois europeus para tentarem passar ao arquipélago nipónico⁴. A missão da Cochinchina veio a ser afectada desde o início por essas atitudes desesperadas que levaram alguns missionários a optarem por um regresso clandestino às ilhas do Japão. O governo nipónico procurou mostrar o seu descontentamento por diversas vias e optou por medidas progressivamente mais drásticas. Em 1635, os chineses levaram para a Cochinchina a notícia de que do Japão não saíam barcos para terras dos Nguyễn por causa da presença dos padres nessa terra⁵; de facto se em 1633 já um édito limitava as viagens a barcos possuindo carta de confirmação de licença de viagem (*hosho*) e se era decretada a condenação à morte para os japoneses que voltassem depois de cinco anos, ou mais, de ausência; em 1635 foram abolidos os *shui-sen* impedindo o comércio marítimo aos barcos japoneses, excepto nos Estreitos de Tsushima e foi decretado que todos os japoneses regressados de terras estrangeiras seriam executados.

Os Nguyễn não hesitaram em fazer sentir aos portugueses que os padres não eram bem vindos e só tolerados se em estada temporária, para dar assistência aos mercadores cristãos, enquanto durasse a monção. As notícias dos acontecimentos no Japão divulgavam-se e, embora existissem diferentes versões, nada era tranquilizador e havia um receio por parte do

³ ARSI, *Jap/Sin* 46 «Annuo do Collegio de Amacao do anno de 1614, 2.^a via pola Índia», assinada por Manoel Dias em Macau a 2/1/1615, fól. 362v.

⁴ ARSI, *Jap/Sin* 71, «Annuo da Cochinchina de 1627», fól. 89v.

⁵ ARSI, *Jap/Sin* 71, «Annuo da Cochinchina de 1635», fól. 135.

governo da Cochinchina. Em 1631, mais uma vez, foi feito relato prejudicial aos missionários⁶ por uma embaixada enviada ao Japão pelos Nguyễn e então regressada.

O apoio à comunidade japonesa local também se processou com alguma clandestinidade e passou por uma selecção criteriosa de missionários falantes de japonês, várias vezes disfarçados de mercadores, residindo nas casas do bairro japonês de Fayfô (Hoi-an) e os melhor sucedidos nessa função foram japoneses ou descendentes de pai português e mãe japonesa. O bom sucesso da missão jesuítica da Cochinchina ficou comprometido desde o início por erros de política missionária, e tornou-se difícil inverter o rumo dos acontecimentos. A economia falou sempre mais alto com prejuízo frequente da Companhia de Jesus, tanto mais que os barcos vindos da Índia e de outras partes que rumavam a Macau eram forçados a fazer frequentemente uma estada temporária por mudança de monção, aproveitando para negociar. Houve portanto uma falta de confiança nos padres, ao nível dos governantes locais ciosos de manter as tradições e desde o início motivada pelas notícias vindas do Japão; só episodicamente a situação se alterou, sobretudo quando os Nguyễn, alguns anos mais tarde, vieram a necessitar de ajuda para obterem de Macau alguns fornecimentos e precisaram dos padres como intermediários⁷.

A primeira viagem de missão ao Tun Kim ocorreu em 1626, tendo sido efectuada pelo padre Juliano Baldinotti. O território situava-se em redor do rio Vermelho que desaguava na enseada dita da Cochinchina, (actualmente transformada em golfo). O rio, um dos maiores da Ásia, não possuía ainda delta, consequência de um progressivo assoreamento, embora alguns bancos de areia movediça dificultassem a utilização da respectiva barra a barcos de maior calado. Era a terra governada pelos príncipes Trinh, à semelhança do que sucedia a sul com os Nguyễn, e que também

⁶ ARSI, *Jap/Sin* 72, «Annu de Cochinchina de 1631», fól. 221.

⁷ Ver Mourão, Isabel Augusta Tavares. 2005. *Portugueses em Terras do Dai-Viêt (Cochinchina e Tun Kim) 1615-1660*. Macau: Instituto Português do Oriente/Fundação Oriente, 262 e nota 133 e ARSI, *Jap/Sin* 71, «Carta Annu de Cochinchina do anno de 1658» fól. 438v-439.

governavam aquela área em nome da dinastia Lê, e estavam em permanente guerra com os Mac, situados mais a Norte junto da fronteira com a China, e com os Nguyễn com quem eram aparentados e a quem pretendiam retirar o controlo dos domínios a Sul.

Procuraram os Jesuítas avaliar a receptividade do governo local quanto à ida de missionários que ali residissem no Tun Kim, ao mesmo tempo que a cidade de Macau necessitava de aliados seguros que não facilitassem a presença de holandeses nos mares do Sul da China; tinham ainda como vago motivo para esta missão a presença de uma pequena comunidade japonesa que ficara isolada.

Uma segunda viagem, em Março de 1627, terá sido pior sucedida do que a anterior, quer pelo zêlo apostólico excessivo dos missionários enviados (Pero Marquez e Alexandre Rhodes), pouco atentos às diferenças culturais, quer pela ausência de comércio regular anteriormente prometido, dificultada pelo naufrágio do barco português nas imediações da ilha de Hainão, quando regressava a Macau. Foi preciso muito tacto diplomático dos novos missionários enviados em Setembro de 1629, (Gaspar do Amaral e Paulo Saytô) que permaneceram até Abril de 1630, e os novamente enviados em Fevereiro de 1631 (Gaspar do Amaral, António de Fontes e António Cardim) para assegurar uma presença efectiva de padres em terras dos Trinh. Porém, ficou claro desde os primórdios que só era possível um trabalho de cristianização em moldes de clandestinidade para conversão e apoio espiritual aos naturais da terra que não deviam frequentar a casa dos padres.

Para que se implantassem ideias cristãs em terras do Tun Kim tornavam-se necessários apoios locais, e não apenas a conversão de algum mandarim com toda a sua casa, mas mais do que isso seria útil gente disposta a dedicar-se em exclusividade à pregação da palavra de Deus, uma palavra de esperança e de salvação junto de uma imensa população afectada por uma guerra onde se corria permanente perigo de vida. A necessidade e urgência tornaram-se prementes na óptica dos padres enviados logo na missão de 1627, sobretudo quando lhes foi decretado o respectivo desterro. A conversão de algumas pessoas, já antes dedicadas a tarefas espirituais,

nomeadamente bonzos habituados a viver de esmolas, tornou possível a criação de um pequeno grupo que passaria a designar-se de «catequistas», incumbidos de prestar ajuda espiritual aos cristãos, de catequizar e de baptizar na ausência dos padres. Começaram por ser apenas três, Francisco Dixé, André Try e Ignacio Buy que antes da partida dos padres fizeram três juramentos: de não casarem, de não terem cousa própria mas viverem de esmolas dos cristãos, de se manterem unidos e dedicarem toda a vida à pregação do Evangelho; sobre eles recairia a incumbência da evangelização na ausência dos padres, enquanto dois outros cristãos de idade madura ficaram de os acompanhar no serviço temporal da igreja e também eles juraram não casar, viver em pobreza e toda a vida se dedicarem a cuidar das questões temporais da igreja e dos catequistas⁸.

Talvez o modelo dos *dojicos* que apoiavam os padres no Japão, tenha sido fonte inicial de inspiração⁹, tendo em conta a experiência do Padre Pero Marquez¹⁰, companheiro e Superior de Alexandre Rhodes, ambos chegados ao Tun Kim no dia 19 de Março de 1627.

Foi portanto no Tun Kim que teve início esta experiência de doutrinação dos naturais da terra pela intervenção de catequistas, experiência que foi continuada, reformulada e reestruturada nos anos seguintes, para uma melhor adaptação às circunstâncias de uma igreja em clandestinidade.

Em 1633, na «Anua da Missão do Reyno de Anam a que os Portugueses chamão Ton Kim» para o Padre André Palmeiro, datada de 30 de Dezembro e assinada por Gaspar do Amaral, refere-se a existência de 14 catequistas naturais da terra, sete de que se falara no ano anterior e mais

⁸ ARSI. *Jap/Sin* 88. «Relação dos catequistas da Christandade de Tunquim e seu modo de proceder pera o P^e. Manoel Diaz Visitador de Jappão e China», fól. 348-348v.

⁹ Sobre o sistema instituído no Japão leia-se de Gay, Jesús López. 1967. «Las Organizaciones de Laicos en el Apostolado de la Primitiva Misión del Japón». In *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Ano 36, Fasc. 71. Vol. 36. Roma: Institutum Historicum,

¹⁰ Pero Marquez vivera no Japão de 1609 a 1614 e aí voltaria em 1643, onde depois de um percurso pouco glorioso viria a morrer em 1657, com 80 anos. [Ver nota biográfica deste padre em Mourão 2005, 161, nota 576].

sete que de novo se dedicavam à pregação¹¹. E era dito que os catequistas tinham casa que servia de seminário, onde se instruíam, donde saíam em missão e se recolhiam, vivendo em comunidade¹².

Os anos de 1632 e 1633 tinham sido particularmente difíceis para os cristãos do Tun Kim. Em 1634, Gaspar do Amaral escrevia ao Padre Visitador¹³ dando-lhe conta das dificuldades, do modo de proceder perante as perseguições dos governantes aos cristãos e de quanta paciência era necessária para sofrer em silêncio, quando na sua frente via despacharem ordens de prisão e «chapas» contra os cristãos e confessava que quatro padres eram poucos para cultivar uma cristandade já tão dilatada e só o conseguiam por meio dos «catequistas». Desses, cinco eram já antigos e indicou os seus nomes: Chico (Francisco), André, Inácio, Thadeu e Martinho; haviam cortado o cabelo e feito profissão de 4 votos, e para que não surdissem dúvidas explicou tratar-se dos juramentos de não casar, de não ter casa própria, de se empregar toda a vida na pregação, de obedecer a quem lhe ordenasse o padre e de que em nenhum tempo fizesse por si cabeça apartando-se dos outros. Estes cinco receberam o título de *Thây* («mestre da lei») e o tinham em grande honra. Outros catequistas, mais recentes ainda não tinham recebido tal título e eram onze: Lucas, Thomé, Miguel, André, Pedro, António, Nuno, Gaspar, Gil, Jerónimo e Filipe. Todos ajudavam grandemente sem custarem nada, porque viviam de esmolas que lhes davam os cristãos. Fizera então Gaspar do Amaral algumas regras para os instruir, sobre «como se haviam de haver nas missões e entre si» que enviava ao Visitador¹⁴. Na carta acrescentava que não lhe parecia conveniente que morassem com os padres, nem fazer-lhes muitos mimos e por isso não tinha nenhum em casa e desejava que o mesmo fizessem os restantes

¹¹ BA. *Jesuítas na Ásia* 49-V-31, fól. 265.

¹² BA. *Jesuítas na Ásia* 49-V-31, fól. 268.

¹³ BA. *Jesuítas na Ásia* 49-V-31, 1634. 4.^a carta de Gaspar de Amaral ao Padre Visitador, datada de 21 de Abril desse ano e escrita em Ke´Chò, fól. 303-305.

¹⁴ Vide *Jesuítas na Ásia* 49-V-31, 1634, 4.^a carta de Gaspar de Amaral, fól. 304. Acreditamos não serem essas regras diferentes das que encontramos em ARSI, *Jap/ Sin* 80, «Instrução para os Catequistas deste Reino de Annam, ou Tun Kim» fól. 45-47.

padres em Nghê An e Thinh Hoa; ali na corte estavam os catequistas juntos, numa casa, sós com o respectivo Superior e recorrendo este sempre que necessário aos Padres. Desse modo, vestiam e comiam como era uso na terra, e não pediam nada aos Padres e se o fizessem era-lhes dito que recorressem ao Superior deles. Tê-los em casa traria problemas de diversa natureza, quer porque cobiçariam o que vissem, quer porque seria incomportável sustentá-los a todos, e tendo uns e não outros haveria emulação e sentir-se-iam alguns desprezados. E considerava que se de momento os padres de Nghê An e de Thinh Hoa tinham necessidade de ter um em casa, convinha não o diferenciarem, nem na comida, nem no vestuário, nem em qualquer objecto de devoção, relativamente aos outros. O título de mestre da Lei só deveria ser atribuído depois de cumprido um «noviciado» e de uma vivência em comunidade... E explicava:

Escrevi sobre esta matéria tão difusamente a V. R. porque como estes [catequistas] são o fundamento desta cristandade é necessário fazer todo o caso deles porque perseverando eles, ainda que seja necessário sairmo-nos ao diante, fica sempre na vontade quem corra com ela [cristandade], e para que V. R. tendo notícia deles bastante, possa como lhe parecer ordenar a quem fôr superior da missão, o como deve proceder com eles¹⁵.

Em 1634, estavam no Tun Kim 4 Padres auxiliados por 18 catequistas¹⁶.

Em 1635, havia três padres (por motivo de falecimento do Padre Bernardino Régio) e mantinham-se 18 catequistas na missão do Tun Kim, sete

¹⁵ BA, *Jesuítas na Ásia* 49-V-31, 1634, 4.ª carta de Gaspar de Amaral... fól. 304v.

¹⁶ BA, *Jesuítas na Ásia*. Anua de 1634 do reyno de Anam para o Padre André Palmeiro Visitador das Províncias de Japão e China. 49-V-31, fól. 307. No fól. 309v, referidos os nomes dos catequistas e as tarefas: os noviços acompanhavam os outros para aprenderem a pregar, o mais antigo cuidava de todos; passaram de casa emprestada a casa própria comprada pelos cristãos no meio da cidade, e daí acudiam aos enterros, a pregar e ensinar a doutrina nas igrejas que eram já oito, evitando afluência de gente à casa dos padres e acudiam também às missões fora da Corte para converter os gentios.

dos quais já tinham título de mestres da Lei «e se lhes deu com particular profissão que para isso fizeram»¹⁷.

Em 1638, o Padre Superior Gaspar do Amaral, correspondendo ao pedido feito, em 1637, pelo Vizitador do Japão e da China, Padre Manoel Diaz, a que dava seguimento com algum atraso por ter estado doente, enviou de Tun Kim uma extensa «Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder...»¹⁸ que de Macau terá seguido para Roma. Neste documento fazia-se todo o historial desde a sua instituição até ao ano de 1638, em que já existiam 7 catequistas professos, 20 catequistas aprovados, 9 noviços e 5 coadjutores temporais¹⁹. Em cada província existia um catequista com funções de Superior que coordenava o trabalho dos outros. Estavam os catequistas divididos em diferentes categorias²⁰: «professos», os que já de idade madura e muito experientes haviam com o acordo de todos merecido o título de *Thay* e tinham efectuado quatro juramentos (de não casar, de pobreza, de toda a vida se dedicarem à pregação, de obediência e união entre si, com os padres e com quem lhe fosse dado por Superior); os «catequistas aprovados» os que já sabendo pregar ainda exercitavam o seu talento e prosseguiam estudos, acompanhando os outros e ajudando nas tarefas diárias da casa; os «noviços» ou coadjutores temporais que não sabiam pregar mas se adestravam a catequizar e servir na casa ou em aprender e acompanhavam os professos, exercitando-se nos ofícios de humildade e mortificação e todos os anos renovavam votos de perseverarem para ajudarem na salvação dos seus conterrâneos até serem professos.

¹⁷ BA, s. d. Jesuítas na Ásia. Anua da Missão de Tun Kim de 1635. 49-V-31, fól. 324, assinada por António de Fontes em 27 de Maio de Tun Kim.

¹⁸ ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Vizitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 348-354v.

¹⁹ ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Vizitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 353v-354v.

²⁰ ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Vizitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 349 e 349v.

Eram variadas as tarefas a realizar: tinham de visitar frequentemente os cristãos em suas casas; nos domingos e dias santos prestavam assistência nas igrejas rezando com os cristãos; ensinavam-lhes a doutrina; referiam-lhes o calendário dos dias santificados e de jejum; pregavam ou liam alguma lição sobre a vida de algum santo, ou algum tratado dos muitos que já estavam elaborados, durante meia hora; tinham de se informar sobre os enfermos para os visitarem e sobre a vida dos cristãos em geral para os exortar ao arrependimento, à confissão, à união entre todos. Tinha também de ir pregar aos gentios e catequizar os que quisessem ser cristãos; os professos instruía os outros mais novos em casa, ou acompanhando-se mutuamente nas missões e saídas²¹. Submissão e obediência ao Superior e aos Padres, vida de pobreza em comunidade, controlo mútuo, castidade rigorosa, honestidade sem qualquer dúvida, ausência de discórdias e para melhor preservar nos bons princípios cada mês se confessavam e comungavam²². Sustentando-se de esmolas dos cristãos tudo corria bem quando havia fartura na terra, mas tornava-se difícil em tempo de perseguição, doença prolongada e más colheitas, por isso havia que guardar algumas esmolas para acautelar os maus dias, depositando-as em mão de alguma pessoa rica e fiel, mas só sabendo disso o Padre responsável e o Superior dos catequistas; de igual modo cada padre que dava assistência na província guardava as esmolas deixadas por Portugueses e Japoneses para quando o depósito se acabasse terem de que se socorrer; não havendo mais solução recorreriam ao Padre Superior da Missão que também guardava em segredo as esmolas que lhe entregavam entendendo que o sustento dos que pregavam o Evangelho era uma boa forma de as usar, evitando que os catequistas abandonassem as funções por falta de meios para sobreviverem²³.

²¹ ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Visitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 350.

²² ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Visitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 350v.

²³ ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Visitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 351 e 351v.

Não era porém seguro que tudo corresse bem, se havia adesões e aumentavam em número os catequistas, também surgiam desistências. Alguns foram despedidos a pedido dos pais e parentes, a pedido de suas antigas mulheres entretanto convertidas, ou por outras razões a que não eram alheias soberba e altivez²⁴.

O dia solene da passagem de um catequista ao grau de professo²⁵ era assinalado de forma festiva na comunidade dos cristãos; vestido de sobrepeliz que depois usaria em enterros e batizados sempre que não houvesse padre, diante do Santíssimo Sacramento, escutaria a leitura do texto assinado pelo Padre Superior da Missão e lido pelo Superior dos Catequistas, em que se dava a conhecer à comunidade de cristãos que com o acordo de todos os padres e catequistas antigos, vistos os merecimentos depois dos muitos anos de dedicação à pregação em tais e tais sítios, com exemplo de edificação e dando sempre mostras de humildade e submissão, tendo em conta os estudos feitos e os progressos na catequização e revelando conhecimentos e estando apto a ensinar a doutrina se lhe concedia o grau. O papel seria guardado pelo próprio como certificado do grau obtido. Seguidamente o catequista fazia o seu voto solene de acordo com um formulário previsto, onde pedindo a intercessão da Virgem e dos Anjos, dos Apóstolos e dos Mártires e todos os Santos e Santas oferecia a sua vida toda à causa da evangelização, fazendo votos de nunca casar, viver sem coisa própria, preservar na pregação da lei de Deus, mantendo-se obediente aos padres e unido à comunidade dos catequistas. Pedia ainda solenemente a Deus que o castigasse com a morte havendo incumprimento do que agora prometia e solicitava ajuda para cumprir sempre os seus votos.

No final desta «Relação dos catequistas...» ficou escrito que as regras e instrução dos que partiam em missão, o Visitador as poderia ver em

²⁴ ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Visitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 352.

²⁵ ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Visitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 353v.

dous cadernos que com aquele seguiam²⁶. Pensamos que os referidos cadernos reagrupados em Roma se encontram no códice *Japonica/Sinica* 80 onde efectivamente existe uma «Instrução pera os Cathequistas deste Reino de Anam, ou Tum Kim²⁷. O teor da «Instrução pera os Cathequistas...» põem em relevo a importância da função em tudo semelhante à dos primeiros Apóstolos cujo mérito lhes advinha não de talento próprio mas da confiança que tinham na execução da vontade divina que sempre os inspirava; a preparação para a missão pressupunha além de uma total entrega à vida espiritual, um período de oração, a confissão e comunhão prévias; deveriam seguir dois a dois, ou três a três, e manter-se unidos e amigos; antes de adormecerem deveriam fazer o seu exame de consciência e no fim o «Acto de contrição». Quando chegassem ao destino, deveriam alojar-se em casa de cristãos a quem ensinariam orações e com quem rezariam em conjunto ensinando-os e exortando-os à reconciliação em caso de gente desavinda; não poderiam aceitar nunca alojamento em casa de mulher sózinha, nem com marido ausente. Em terra de gentios deveriam ser cautelosos, pagando a hospedagem com o praticar alguma coisa da lei de Deus e pregando-a se na aldeia houvesse quem a quisesse ouvir, sofrendo com paciência zombarias e saindo em paz mesmo quando a pregação não desse fruto. Deveriam aceitar quando os convidassem para comer, mas fazê-lo sempre com moderação na comida e na bebida, já que a salvação alheia era tão importante quanto a própria. Todos os baptismos deveriam ser inscritos num livro e se os baptizados o tivessem sido com alguma fórmula errónea deveriam voltar a baptizá-los²⁸. Em caso de dúvida

26 ARSI. s. d. Relação dos catequistas da Christandade de Tumquim e seu modo de proceder pera o P^e Manoel Diaz Visitador de Jappão e China. Jap/Sin 88, fól. 354V: «Regras e instrução que se lhes fês principalmente pera quando vão a pregar e em missão, como tão bem as ordens que sobre elles se derão aos p^{es}. da missão».

27 ARSI. s. d. Jap/Sin 80, fól. 45-47.

28 Esta questão tornava-se pertinente porque no início os catequistas haviam aprendido com o Padre Alexandre Rhodes a fórmula de baptismo em Latim e como não dominavam a língua estropiavam as palavras que não tinham por isso verdadeiro significado; com Gaspar do Amaral como Superior da missão a fórmula de baptismo deixou de ser em Latim.

deveriam sempre consultar um padre e além disso deveriam informar-se junto dos cristãos de casos de edificação para relatarem posteriormente. Todos os meses os que se dedicavam a divulgar a palavra de Deus se deveriam confessar e comungar. Na catequese, deveriam ter em atenção que os velhos, os doentes e os rudes careciam de mais tempo para aprendizagem do que os letrados, a quem normalmente chegavam os oito dias de lições do Catecismo; se um homem tivesse muitas mulheres e se quisesse tornar cristão, só poderia ficar com uma, deixando partir as outras; questão delicada esta da dissolução das uniões que pressupunha um acordo escrito previamente, onde ficasse exarado que a mulher retomaria a liberdade e se quebrariam os «faxes ou as caixas», conforme o costume da terra²⁹, se por exemplo uma mulher segunda se quisesse tornar cristã. Se o pregar dava mérito também o tinham os cristãos que davam o sustento e nada deveria ser feito no sentido de obter esmolas desnecessárias. Outra das obrigações consistia em visitar os doentes nos lugares por onde andassem e se estivesse alguém para morrer deveriam solicitar a ida do padre, ou em caso de impossibilidade ajudar a confirmar a fé e tudo o que mais se ensinava no «livro de ajudar a bem morrer»³⁰.

A iniciativa de partir em missão deveria ocorrer só depois de conversar com um padre, mas se impossível deveria ser feito relato posterior, mas sempre qualquer pregação deveria ser feita seguindo o catecismo. Pregando às mulheres de nenhum modo o fizessem em lugar secreto ou retirado, nem indo sós. Tudo o que recebessem de esmola deveria ser apontado num livro, bem como as despesas durante a missão, e o que sobrasse deveria ser entregue ao Superior e de modo nenhum deveriam usar seda no respectivo vestuário. Indo em pregação dois ou três, haviam de guardar-se mutuamente e, em caso de alguma falta praticada, o Superior deveria tomar conhecimento, para que com caridade emendasse o faltoso e a sua alma não

²⁹ ARSI. s. d. Instrução pera os Cathequistas deste Reino de Anam, ou Tum Kim. Jap/Sin 80, fól. 46v.

³⁰ ARSI. s. d. Instrução pera os Cathequistas deste Reino de Anam, ou Tum Kim. Jap/Sin 80, fól. 46v.

se perdesse. E deveriam respeitar sempre todos os padres, indistintamente do lugar onde estivessem. Todos os que se dedicavam a Deus deveriam ler mensalmente os capítulos relativos à «Instrução...» para a bem guardarem e no princípio da missão pelo menos para os que partiam.

Em síntese muitas destas instruções correspondiam a uma longa aprendizagem feita de experiências na Europa, relativas a regras para os tempos de noviciado dos futuros missionários e a elas se acrescentavam algumas singularidades locais para que a palavra de Deus fosse divulgada, com o exemplo da virtude de quem a ministrava que deveria em contínuo crescer e frutificar.

Em 1642, na Ânuia da missão do reino de Tun Kim enviada a Mutio Vitelleschi ficou escrito³¹ que os catequistas faziam exercícios espirituais e frequentavam os sacramentos e se exercitavam nas suas letras como anteriormente. Um deles antes de iniciar as suas funções jejuara 40 dias, depois de ter comungado no dia do Espírito Santo e de ter saído de casa de seus pais, após o que pedira para ser admitido. Por ordem do Padre Superior, cada 15 dias juntavam-se em casa dos padres para ouvir as práticas que um padre lhes fazia. Fora de casa catequizavam os que se queriam tornar cristãos, acompanhavam os padres nos batismos, a visitar doentes, a enterrar os mortos, nos Domingos e dias santos acudiam às igrejas a cantar as doutrinas cristãs e acabada a doutrina, pregavam ou liam livros segundo a festa, ou da vida de Cristo, ou dos Santos, ou do Evangelho e tinham muitos livros que os padres haviam feito na língua da terra e isto ocorria nas várias províncias do Tun Kim.

Em 21 de Novembro de 1645, escreveu Gaspar do Amaral, de Macau, a Mutio Vitelleschi uma carta³² onde o tema central foi a organização dos catequistas no Tun Kim que viviam em seminário e comunidade, sustentados pelas esmolas dos cristãos, e que, nesse ano, ascendiam a 50. Surge a informação de que houve uma inspiração nos seminários dos Ingleses e

³¹ BA, s. d. Jesuítas na Ásia. Annuia da Missão de Tun Kim de 1635. 49-V-31, fól. 94.

³² ARSI. s. d. Carta de Gaspar do Amaral a Mutio Vitelleschi, 1ª uia, de Macao a 21 de Novembro de 1645. Jap/Sin 80, fól. 34.

de outras nações da Europa onde eram feitos certos juramentos, como de se ordenarem e irem a suas terras; também no Tun Kim depois de seis meses de aprendizagem, deviam fazer o juramento de se entregarem a Deus e perseverarem até à morte naquele ministério; sendo virtuosos e de vida exemplar, depois de atingirem a idade madura e experientes no ofício de catequizar, faziam 3 juramentos: de não casar, não ter nada seu e obedecer aos Padres no que se referia à pregação da lei divina. O início desta organização fora da iniciativa do Padre Alexandre Rhodes e ele, Gaspar do Amaral procurara conservar e levar por diante o que tinha encontrado, mas tendo obtido tanto fruto e sendo preciosa ajuda para os padres da missão deveria ser favorecida dos Superiores, porém o novo Vizitador chegado da Índia estranhara tal sistema por lá não existir nada semelhante, mas as cristandades não sendo todas iguais havia que encontrar os meios mais acomodados para elas.

O sistema considerado exemplar no seu funcionamento terá, segundo Gaspar do Amaral, incentivado o Padre Manoel Diaz a introduzi-lo na China e motivado o Padre Júlio Aleni, Vice-Provincial, a levar as regras para a China, apesar de não saber se seria possível implantá-lo por não existirem lá tantos cristãos como em Tun Kim³³. Também na Cochinchina se tentou implantar a congregação dos catequistas, pelo menos alguns acompanharam Alexandre Rhodes durante as suas andanças entre 1640 e 1645, já que diversas vezes lá se deslocou acabando por ser preso e expulso definitivamente, levando consigo para Macau os despojos do primeiro catequista mártir (André de Ran Ran ou Phú Yên – morto em 26 de Julho de 1644³⁴).

³³ ARSI. s. d. Carta de Gaspar do Amaral a Mutio Vitelleschi, 1ª uia, de Macao a 21 de Novembro de 1645. Jap/Sin 80, fól. 34.

³⁴ Jacques, Roland et. Al. 1997. *Rapport de la Commission Historique concernant la cause de canonisation du Serviteur de Dieu André Catechiste, dit de Ran Ran ou de Phú Yên, mort pour la foi en Cochinchine le 26 juillet 1644*. Roma.

Partia em fins de 1645, o Padre Alexandre Rhodes para Roma e, conforme Gaspar do Amaral declarou na carta³⁵, lá poderia informar melhor o Prepósito sobre a congregação dos Catequistas, para a qual pediu a benção a Mutio Vitelleschi.

Pouco tempo depois, antes desta carta ter chegado a Roma, morria Gaspar do Amaral, num naufrágio nas imediações da ilha de Hainão, quando voltava ao Tun Kim, em 26 de Fevereiro de 1646. A benção provavelmente terá sido dada, certo é que a Congregação dos Catequistas se manteve até aos nossos dias em terras vietnamitas.

O prestígio do trabalho dos Catequistas não diminuiu e pela primeira vez, em 1649, a 20 de Novembro, o Padre Visitador, Manoel de Azevedo, fez uma concessão até então inédita: mandou escrever uma carta endereçada a *Thay* Martinho e a Francisco (ambos professores) no Tun Kim e por ela se informava a todos os que a lessem, Padres e Irmãos, de que considerando os muito bons serviços de *Thay* Martinho nesse reino de Tun Kim, para o gratificar e cumprir os seus desejos, o fazia participante de todos os sufrágios, missas, orações e jejuns e lhe concedia licença para que na hora da morte pudesse ser recebido como Irmão e Religioso da Companhia de Jesus³⁶.

Do modelo dos *dogicos* à «Congregação dos Catequistas», foi percorrido um caminho que veio a dar numerosos frutos. Sem os Catequistas, esteios desta igreja clandestina, não teria crescido tão rapidamente o número dos convertidos; ganhando almas para o céu, foram dando consolo espiritual a muita gente confrontada com um quotidiano de guerra no século XVII e posteriormente. Criar um colégio ou um seminário para instruir clero nativo não era possível num território onde as políticas seguidas pelos governos, sempre receosos de perder o controlo dos súbditos, eram contrárias à propagação do Cristianismo, proibido desde o início. A Congregação dos Catequistas foi a solução possível para a missionação ter sucesso.

³⁵ ARSI. s. d. Carta de Gaspar do Amaral a Mutio Vitelleschi, 1.^a uia, de Macao a 21 de Novembro de 1645. Jap/Sin 80, fól. 34.

³⁶ BA, s. d. Jesuítas na Ásia. Anua da Missão de Tun Kim de 1635. 49-V-31, fól. 465-465v, datada de 13/5/1650 de Tunquim e assinada por Onofre Borges.